

Análise de mecanismos de regulação da força ilocutória em textos de opinião produzidos por estudantes chineses de PLE de nível B1

Analysis of modifying mechanisms of illocutionary force in opinion texts produced by Chinese students of PFL level B1

FERREIRA, ALEXANDRA
xana.s.m.ferreira@gmail.
com

Mestre em Português Língua Segunda/ Língua Estrangeira, pela FLUP
Doutoranda do 1º ano de Ciências da Linguagem, da FLUP

PALAVRAS-CHAVE:

atos ilocutórios;
modalização;
atenuação;
reforço;
Língua estrangeira/ Língua
segunda (LE/LS).

RESUMO: Neste trabalho, efetuado sobre um corpus de textos de opinião produzidos por estudantes de Português Língua Estrangeira, de nível B1, cujo tema incidia sobre uma perspectiva comparativa entre duas culturas, a nativa e a de acolhimento, procedemos a uma análise descritivo-qualitativa dos mecanismos de regulação da força ilocutória, atenuação e reforço, a que os estudantes recorreram. Os resultados obtidos permitiram observar que os estudantes recorrem sobretudo a atos assertivos e expressivos nos textos de opinião produzidos, regulando a força ilocutória dos mesmos com recurso a mecanismos essencialmente lexicais, em detrimento de mecanismos semânticos ou morfológicos. Além disso, a modalidade epistémica assume um predomínio em relação a outros tipos, ainda que, na maioria das evidências, não haja uma validação da relação predicativa. Para suportar esta análise, recorreremos a leituras orientadoras sobre os atos ilocutórios (Searle, 1969), sobre a sua modalização (Corbari, 2013; Soares, 1998) e, especificamente, sobre fenómenos de atenuação e reforço (Briz & Albelda, 2013; Albelda, 2005) e sobre como estes se relacionam com a questão da modalidade (Campos & Xavier, 1991; Oliveira & Mendes, 2013) e como todas estas questões estão referenciadas, em termos de abordagem pedagógico-didática, no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (2001).

KEY-WORDS:

illocutionary acts;
modalization;
attenuation;
reinforcement;
Second language/ Foreign
language (SL/ FL).

ABSTRACT: In this work, carried out on a corpus of opinion texts produced by students of Portuguese as a Foreign Language, at level B1, whose theme focused on a comparative perspective between two cultures, native and host, we proceeded to a descriptive-qualitative analysis of modifying mechanisms of illocutionary force, attenuation and reinforcement, which the students resorted to. The results allowed to observe that the students resort mainly to assertive and expressive acts in the production of opinion texts, regulating their illocutionary force using essentially lexical mechanisms, to the detriment of semantic or morphological mechanisms. In addition, the epistemic modality assumes a predominance in relation to other types, although, in most evidence, there is no validation of the predicative relationship. To support this analysis, we used guiding readings on illocutionary acts (Searle, 1969), on their modalization (Corbari, 2013; Soares, 1998) and, spe-

cifically, on attenuation and reinforcement phenomena (Briz & Albelda, 2013; Albelda, 2005) and how they relate to the issue of modality (Campos & Xavier, 1991; Oliveira e Mendes, 2013) and how all these issues are referenced, in terms of pedagogical and didactic approach in the *Common European Framework of Reference for Languages* (2001).

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da competência comunicativa “orientada para a ação” é o objetivo primeiro do ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira (LE), considerando “o utilizador e o aprendiz de uma língua como atores sociais, que têm que cumprir tarefas (que não estão apenas relacionadas com a língua) em circunstâncias e ambientes determinados, num domínio de atuação específico” (QECRL, 2001: 29).

Comunicar implica, portanto, um ato. Trata-se de uma forma de ação. Como em todas as ações, é necessário que haja uma motivação e objetivos por parte do locutor e que essas intenções sejam compreendidas pelo alocutário. Isabel Hub Faria descreve o ato de fala como “um comportamento verbal, governado por regras que asseguram que as intenções comunicativas venham a ser adequadamente interpretadas.” Sendo que “algumas dessas regras definem os próprios tipos de atos que podem ser realizados pela fala.” Destaca a existência de um “significado pragmático’ subjacente a cada ato de fala.” (Faria, 2003:73).

Conforme refere Lopes (2011: 224), qualquer falante nativo “aprende de forma espontânea e pré-reflexiva” a realizar os atos de fala que fazem parte das “competências primárias que o processo espontâneo da aquisição da língua materna envolve”.

No caso dos falantes não nativos, os atos de fala são adquiridos de forma consciente num processo de ensino-aprendizagem que implica desenvolver estratégias com vista ao desenvolvimento geral da competência comunicativa, que compreende, conforme disposto no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECRL), três componentes: linguística, sociolinguística e pragmática.

A fim de realizar as intenções comunicativas, os utilizadores/aprendentes mobilizam capacidades gerais e combinam-nas com uma competência comunicativa mais especificamente relacionada com a língua. Neste sentido mais restrito, a competência comunicativa compreende as seguintes componentes: competências linguísticas, competências sociolinguísticas e competências pragmáticas. (2001:156)

É neste contexto que surge este trabalho, isto é, a partir de um *corpus* de textos de opinião produzidos por aprendentes de Português Língua Estrangeira (PLE), procuramos perceber a forma como usam os atos de fala ao serviço da comunicação e como, com recurso a determinados meios, os adaptam aos seus objetivos ilocutórios. Assim, procuramos analisar e descrever o uso de mecanismos de regulação da força ilocutória de um ato, descrevendo, através de uma análise qualitativa, os fenómenos mais e/ou menos recorrentes. Deste modo, determinamos como objetivos essenciais deste trabalho os seguintes:

- i. Fazer uma análise, descritivo-qualitativa, de 32 textos de opinião de estudantes macaenses no nível B1;
- ii. Descrever os tipos de atos ilocutórios mais recorrentes nos textos produzidos, tendo em conta o género texto de opinião;
- iii. Identificar os principais mecanismos de regulação (atenuação e reforço) da força ilocutória;
- iv. Descrever os fenómenos de modalização utilizados;
- v. Procurar explicar a recorrência e/ou ausência desses fenómenos de modalização.

Para isso, tivemos por base um conjunto de contributos teóricos que determinou a nossa análise. Assim, identificamos os atos ilocutórios recorrentes segundo a taxonomia de Searle (1979) e descrevemos os fenómenos modalizadores mais frequentes, menos recorrentes e até inexistentes, de atenuação e reforço, à luz dos contributos de Briz & Albelda (2013) e Albelda (2005). Adicionalmente, as propostas teóricas sobre modalidade de Campos & Xavier (1991) e de Oliveira e Mendes (2013), juntamente com os trabalhos de investigação de Soares (1996), que aborda a “problemática” da modificação dos atos ilocutórios, e de Corbari (2013), cujo estudo se foca no uso da modalização linguística como estratégia de negociação, revelaram-se

essenciais neste estudo. Procuramos, depois, relacionar esta primeira análise com os pressupostos do QECRL para procurar explicar as conclusões a que chegamos com a descrição anterior. Procuraremos perceber se a escassa variedade de certos fenómenos ou a sua inexistência pode, por um lado, estar relacionada com o facto de esta competência, que envolve, não só questões linguísticas, mas também pragmáticas (funcionais e discursivas), só se adquirir em níveis de proficiência mais avançados ou com a opção por estratégias linguístico-discursivas menos complexas.

2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 OS ATOS ILOCUTÓRIOS

Dentro dos atos de fala, interessa-nos, neste trabalho, focar a nossa atenção nos atos ilocutórios, atos que se realizam ao dizer algo. Na categorização dos atos ilocutórios, tivemos em consideração a taxonomia de Searle (1972), para quem todo o ato é composto por um conteúdo proposicional (representação de um estado de coisas) e pela força ilocutória, isto é, a função que o enunciado assume no contexto em que é produzido (ordem, pedido, promessa, conselho, etc.). A posição relativa de poder entre locutor e alocutário é um dos fatores que determinam a força ilocutória do enunciado. O objetivo ilocutório (fazer com que o alocutário pratique uma ação, por exemplo, no caso dos atos diretivos) assume diferentes forças ilocutórias que implicam formas gramaticais diversas. Deste modo, são conceitos centrais para a tipologia dos atos ilocutórios a força ilocutória, o objetivo ilocutório¹ e as condições de felicidade dos atos ilocutórios, onde se integra a condição de sinceridade, por exemplo, relativamente à atitude expressa pelo locutor face ao conteúdo proposicional do enunciado, no que toca aos atos assertivos.

Searle propõe a seguinte taxonomia de atos, cada um dos quais se distingue por propriedades específicas que os identificam como tal e que descrevemos de forma sucinta:

1. Searle distingue entre objetivo ilocutório e força ilocutória de um enunciado: por exemplo, uma ordem e um pedido têm o mesmo objetivo ilocutório (levar o interlocutor a fazer algo), mas distintas forças ilocutórias, ou seja, diferentes graus de “engagement” manifestado pelo falante na apresentação da finalidade do ato. (Gonçalves, 2013:16)

- i. Atos assertivos - o propósito do locutor é assegurar a verdade do dito, é o de comprometer o falante (em diferentes graus) com a verdade da proposição expressa;
- ii. Atos diretivos - o objetivo ilocutório do locutor é o de controlar o comportamento do seu interlocutor, levando-o a realizar uma ação futura;
- iii. Atos compromissivos - o locutor compromete-se com a realização de uma ação futura;
- iv. Atos expressivos - o locutor exprime um estado psicológico sobre o estado de coisas descrito pelo conteúdo proposicional do enunciado;
- v. Atos declarativos - provocam a verdade do conteúdo proposicional; implicam a existência de uma instituição extralinguística.

De acordo com o autor, para que se consiga interpretar um enunciado como um ato ilocutório, é preciso que o ouvinte conheça a língua em que foi formulado o enunciado, para o poder interpretar em termos do seu conteúdo proposicional (o que equivale a conhecer os significados convencionais das palavras utilizadas e a organização atribuída a essas mesmas palavras na frase), e que seja capaz de reconhecer a intenção do falante, de modo a poder atribuir à frase uma determinada força ilocutória (a função exata que o enunciado assume no contexto em que é produzido).

Significa isto que o ato de fala é tanto mais bem-sucedido quanto o ouvinte for capaz de não só interpretar corretamente o propósito comunicativo do falante, como reagir cooperativamente a esse propósito. Logo, torna-se fundamental que os atos discursivos façam parte dos programas de ensino de uma língua não materna, para que o aprendente seja capaz de praticar e interpretar determinadas ações, desde os primeiros níveis do ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira (LE).

De facto, a comunicação numa LE envolve muito mais do que o domínio do léxico, da gramática e da pronúncia (competência linguística), pois é necessário aprender as normas socio-culturais, sociolinguísticas e discursivas da comunidade linguística.

No QECRL os capítulos 4 e 5 tratam, respetivamente, dos atos de fala e das competências exigidas aos aprendentes de uma língua de modo a comunicar com outros utilizadores dessa mesma língua. Contudo, por envolverem competências tão diversas, não fica claro em que nível de proficiência o aprendente se torna habilitado a produzir estes atos de forma eficaz. Há, no entanto, no QECRL, a referência a *Threshold Level 1990*, manual orientador das competências a desenvolver a partir do nível B1, cujo capítulo 5, que se dedica às funções da linguagem ou do que se faz através da linguagem, faz referência a estes atos de fala.

2.2 MECANISMOS DE REGULAÇÃO DA FORÇA ILOCUTÓRIA: ATENUAÇÃO E REFORÇO

O objetivo ilocutório - a intenção do sujeito falante subjacente à realização de cada ato - regula e integra a força da ilocução. Esta, por sua vez, como refere Searle, é o resultado da conjugação de diversos elementos, dos quais o objetivo é apenas um, ainda que o mais importante, como refere o mesmo autor: “In general, one can say that the notion of illocutionary force is the resultant of several elements of which illocutionary point is only one, though. I believe, the most important.” (Searle, 1976:3). O mesmo refere Faria ao exemplificar:

Se considerarmos, por exemplo, um “pedido” e uma “ordem” notamos que ambos têm o mesmo objetivo ilocutório “tentar que o locutório faça algo”, embora as forças de ilocução sejam completamente diferentes: a ordem é normalmente expressa pelo modo imperativo ou seus substitutos; o pedido pode assumir a forma de uma pergunta ou de uma frase complexa cujo conteúdo da oração subordinada constitui aquilo que é de facto pedido. (2003:74)

Para além do uso de determinados verbos ou determinados tempos verbais, de tipos de frase diversas, é também possível determinar a força ilocutória de um enunciado recorrendo a outros marcadores da linguagem, tais como a ordem com que as palavras são colocadas num enunciado, a entoação com que o enunciado é expresso, a pontuação empregue, entre muitos outros. Todos estes elementos contribuem para a modificação e a qualificação da força ilocutória do ato.

Assim, o locutor pode regular “estrategicamente” a força de um ato, isto é, mais ou menos fraca ou mais ou menos forte/ intensa de maneira a atingir determinados objetivos comunicativos pré-estabelecidos. Para isso, pode, como refere Soares (1996:57), “selecionar entre os meios linguísticos disponíveis os marcadores de reforço ou de atenuação que considera mais apropriados à consecução dos seus objetivos”. A mesma autora sublinha que

o uso de atenuadores ou intensificadores resulta quase sempre de uma estratégia do locutor. Por isso, os enunciados que contêm esses dispositivos são formulações linguísticas, nas quais vazam os objetivos ilocutórios do sujeito enunciativo, e possuem uma força comunicativa adequada à situação em curso. (1996:57)

Em suma, a ligação entre os processos de atenuação e de reforço e a modalização do discurso é evidente. Ambos os processos apresentam, muitas vezes, marcas do ‘eu’ no discurso, e, quando não evidenciam essas marcas, buscam um objetivo que faz parte da estratégia enunciativa do falante, ou seja, a marca pessoal do locutor está sempre presente nas formas de atenuação e de reforço. A atenuação e o reforço funcionam como processos complementares de modalização do discurso, através dos quais o locutor deixa a sua marca na interação, com uma estratégia, na maioria das vezes, consciente, para provocar determinado efeito no interlocutor.

Apesar da existência de termos análogos utilizados por outros autores, descritos em Gomes (2013), como “mitigação” (Fraser 1980, Caffi 1999, Brown e Levinson 1987, Leech 1983, Kerbrat-Orecchioni 1996, entre outros) ou “rebaixamento” (Portero 1997), “intensificação” (Meyer-Hermann 1988, Caffi e Janney 1994, Briz 1998) ou “realce” (Vigara, 1992), o termo

“atenuação” e “reforço”, respetivamente, foram os escolhidos neste trabalho. Esta escolha deve-se sobretudo ao facto de serem os termos mais frequentes na literatura relacionada com o tema, mas também por terem sido aqueles que utilizamos anteriormente na análise de outros textos, tendo em conta Briz & Albelda (2013) e Albelda (2005), autores cuja taxinomia de fenómenos de atenuação e reforço tivemos por referência. A atenuação é, segundo estes autores, uma atividade argumentativa/ retórica que serve para minimizar, antecipadamente, efeitos nefastos de determinados atos de fala e é empregue para atenuar o conteúdo proposicional ou a força ilocutiva de um enunciado, para atingir com êxito a meta prevista. O reforço, por sua vez, procura a eficácia, a obtenção de determinados efeitos ou impacto comunicativo sobre o ouvinte. É uma estratégia porque apoia a argumentação, já que o falante pode utilizar mecanismos de reforço com vista à persuasão do ouvinte.

2.3. OS DIFERENTES TIPOS DE MODALIDADE

Segundo Oliveira (2003:245), do ponto de vista linguístico, a modalidade é a gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes. Mais tarde, Oliveira e Mendes (2013:623) explicitam o conceito de modalidade como “a forma de exprimir, por meios linguísticos, atitudes e opiniões dos falantes ou das entidades referidas pelo sujeito sobre o conteúdo proposicional dos enunciados que produzem”, acrescentando que, numa mesma língua, há várias formas de expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades.

Na mesma linha das definições anteriormente mencionadas, Campos (2004) define modalidade linguística como a categoria gramatical que representa as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e ao seu interlocutor (2004: 265). Havendo consenso na definição do termo, optámos por seguir, neste trabalho, a taxinomia tripartida de Campos (1991) e não a classificação de Oliveira e Mendes (2013), que determina a existência de cinco tipos de modalidade, organizadas em torno de duas dimensões modais, a possibilidade e a

necessidade. Segundo Campos, existiriam três tipos de modalidade que relacionam com três domínios: o saber, o dever e o avaliativo. Daqui resultou a seguinte tipologia:

i. Modalidade epistémica – explicitada através de expressões do eixo do saber, relaciona-se com o grau de conhecimento e de crença do locutor relativamente ao conteúdo proposicional, podendo exprimir valores diferentes de certeza, probabilidade e possibilidade;

ii. Modalidade intersubjetiva ou deôntica – situa-se no domínio do dever, explicitando valores como obrigação, permissão ou necessidade; nem sempre estes valores são dirigidos diretamente ao interlocutor de um enunciado, podendo ser dirigidos a outros atores ou situações expressos no enunciado;

iii. Modalização apreciativa – situa-se no domínio avaliativo, quando o enunciador formula juízos de valor sobre a situação expressa no enunciado.

3. CORPUS E METODOLOGIA UTILIZADA

O *corpus* analisado é composto por 32 textos de opinião produzidos por estudantes de Português Língua Estrangeira, de nível B1. Trata-se de um grupo de estudantes, com idades compreendidas entre os 19 e os 21 anos, provenientes da Universidade de Macau. A sua língua materna é o chinês e têm como L2 o inglês e o português, tendo estudado esta última por 2 anos em Macau.

O curso de PLE teve a duração de um ano letivo e dividiu-se em dois semestres, correspondendo cada um deles à realização de um nível de proficiência (respetivamente B1 e B2). Os textos de opinião produzidos pelos estudantes inserem-se na componente de compreensão, produção e interação escrita, no nível B1.

Podemos ver nas tabelas 1 e 2, de acordo com a descrição do QECRL, as expectativas iniciais relativamente às competências dos estudantes que produziram o *corpus* em análise:

Escala geral	
B1	<p>É capaz de compreender o conteúdo essencial de assuntos concretos ou abstratos num texto complexo, incluindo uma discussão técnica na sua especialidade.</p> <p>É capaz de comunicar com uma grande espontaneidade que permita uma conversa com um falante nativo, não se detetando tensão em nenhum dos falantes. É capaz de exprimir-se de forma clara e pormenorizada sobre uma vasta gama de assuntos, emitir uma opinião sobre uma questão atual e discutir sobre as vantagens e as desvantagens de diferentes argumentos.</p>

Tabela 1 - Escala geral dos descritores de desempenho para o nível B1 (cf. QECRL: 49)

Competências comunicativas	
B1	Competência linguística (âmbito geral): Tem um repertório linguístico suficientemente lato para descrever situações imprevistas, explicar a questão principal de uma ideia ou de um problema com bastante precisão e exprimir o seu pensamento sobre assuntos abstratos ou culturais. (2001:158)
B1	Competência pragmática (precisão funcional): É capaz de transmitir informação simples e direta de pertinência imediata, destacando a questão que lhe parece mais importante. É capaz de exprimir o essencial do que deseja tornar compreensível. É capaz de explicar, com uma precisão razoável, os aspetos principais de uma ideia ou de um problema. (2001: 184)

Tabela 2 - Descritores de desempenho para a componente de produção escrita para o nível B1

Os textos que constituem este *corpus* resultaram de uma tarefa a realizar fora da sala de aula, complementando o trabalho desenvolvido em aula. A instrução dada para produção do texto foi a que transcrevemos a seguir:

Viver num país estrangeiro é, sem dúvida, uma experiência enriquecedora, pode até mesmo dar-nos uma nova perspetiva sobre o nosso país de origem. Escreva um texto de opinião, onde possa partilhar a sua experiência e dar-nos o seu ponto de vista sobre este assunto.

O objetivo da tarefa era que o estudante fosse capaz de escrever um texto onde fosse claro o seu ponto de vista sobre um assunto que lhe era familiar e, sobretudo, sobre a sua experiência,

descrevendo sentimentos e reações, num texto articulado simples (conforme descritores para o nível em questão). Embora os textos produzidos sejam identificados como textos de opinião, esta definição deve ser considerada tendo em conta as condições de produção, circulação e receção dos textos. Não se trata de um artigo de opinião jornalístico e, por isso, a forma como os estudantes se relacionam com o conteúdo do texto e com o interlocutor (que será, à partida, única e exclusivamente, o professor) é diferente.

Optámos por uma análise de dados descritivo-qualitativa com o objetivo de tirar algumas conclusões a partir de um conjunto de textos, analisados segundo uma perspetiva assumidamente subjetiva, dado que o estudo qualitativo, que apresenta, normalmente, a descrição de um fenómeno e dos seus participantes, interpretando os dados obtidos, caracteriza-se por ser de natureza interpretativa, uma vez que o investigador está pessoalmente implicado na investigação, à qual está associado também um cariz fortemente descritivo e crítico: “Nesse tipo de análise exige-se do pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se sujeito e assumindo suas próprias representações” (Corbari, 2013:84).

Para esta análise, partimos de 4 questões:

- i. Quais os tipos de atos ilocutórios a que os estudantes, aprendentes de português como LE, nível B1, mais recorrem na produção de um texto de opinião?
- ii. Quais os mecanismos de regulação da força ilocutória – atenuação e reforço – recorrentes?
- iii. Quais os mecanismos de regulação da força ilocutória – atenuação e reforço – menos ocorrentes?
- iv. A que tipos de modalidade mais recorrem os estudantes nas suas produções?

4. ANÁLISE DO CORPUS

4.1 ATOS ILOCUTÓRIOS RECORRENTES

A primeira conclusão resultante da análise do *corpus* foi um predomínio de atos assertivos, através dos quais o locutor pretende assegurar a verdade do dito e comprometer o falante (em diferentes graus) com a verdade da proposição expressa. Tal como refere Soares (1996: 138), “o sujeito falante manifesta a sua tomada de compromisso face à validade do conteúdo descrito na proposição, i.e., comunica o modo como avalia o seu valor de verdade. Cumpre, em princípio, ao ouvinte acreditar na informação que lhe está a ser transmitida.”. Vejamos alguns exemplos do nosso *corpus*:

2. Esta codificação é uma mera categorização do *corpus* dos textos produzidos pelos estudantes: a letra E refere [estudante] e adicionamos o número para poder criar uma ordem. Deste modo, por exemplo, quando temos E1 será sempre o mesmo texto produzido pelo Estudante 1.

(1) *Acho que os chineses são profundamente influenciados pelos conceitos tradicionais. [E3]²*

(2) *Os estudantes podem ter aulas fora da sala de aula. [E6]*

(3) *Eu acho que as pessoas na China são muito tímidas e não são boas em expressar as suas emoções. [E12]*

(4) *O ambiente em Portugal é realmente melhor do que na China. [E26]*

Por se tratar de um texto de opinião, depois dos atos assertivos, verificamos que, no nosso *corpus*, se destacam também os atos expressivos, onde o locutor exprime um estado psicológico sobre o estado de coisas descrito pelo conteúdo proposicional do enunciado: expressa gosto (5) e (6), desejo (7), juízos de valor (8) ou agradecimento (9).

(5) *Gosto muito de viver aqui. [E1]*

(6) *Não gosto da chuva aqui. [E7]*

(7) *Espero que haja um ambiente melhor. [E24]*

(8) *Infelizmente eu não vi qualquer loja de conveniência aberta 24H. [E26]*

(9) *Estou muito agradecida por ter esta oportunidade preciosa. [E31]*

Por fim, ainda que com menos ocorrências, encontramos alguns atos diretivos, que exprimem forças ilocutórias variadas de obrigação (10), (11), (14) e (15), dever e/ou conselho (12) e (13), mas que têm o mesmo objetivo ilocutório, ou seja, levar o seu alocutário a realizar algo:

(10) *Tenho de ter cuidado quando estou a caminhar. [E1]*

(11) *O governo tem de valorizar a educação dos povos e desenvolver a cultura. [E1]*

(12) *Acho que o governo de Macau deve valorizar o ambiente natural. [E1]*

(13) *Por isso, na minha opinião, a China deve aumentar a promoção da classificação do lixo deixando os chineses perceber a importância disso. [E10]*

(14) *Quando vou ao supermercado tenho de levar um saco porque o supermercado não distribuir sacos grátis. [E11]*

(15) *Eu fui lá porque tenho que estudar um curso de verão. [E32]*

4.2 MECANISMOS DE ATENUAÇÃO DOS ATOS ILOCUTÓRIOS – MAIS E MENOS RECORRENTES

Seguindo a taxonomia de Briz & Albelda (2013: 303), encontramos com clara predominância cinco mecanismos de atenuação, para os quais indicamos alguns exemplos ilustrativos:

1. Construções introdutoras de opinião do falante e emprego de verbos ou construções verbais que expressam as suas opiniões sob a forma de dúvida ou probabilidade. Trata-se de construções delimitadoras da opinião na 1ª pessoa:

(16) *Acho que nesta parte Macau é melhor.* [E1]

(17) *A meu ver isto é demasiado horrível.* [E1]

(18) *Viver em Portugal, para mim, uma das dificuldades de adaptação é a separação do lixo.* [E2]

(19) *Na minha opinião, esforçar em educação para aumentar a consciência ambiental dos povos na China é a maneira mais funcional.* [E2]

(20) *Penso que os chineses costumam por o dinheiro num lugar mais alto, consideram que o dinheiro é a mais importante matéria do mundo.* [E3]

(21) *Creio que a maioria dos chineses não se interessam e aceitam esta forma.* [E3]

(22) *Do meu ponto de vista, acho que, as maneiras de cumprimentar diferentes estão relacionadas com as características diferentes.* [E9]

2. Modificadores morfológicos externos, nomeadamente quantificadores minimizadores (23), (24) e (25), aproximativos (26) ou difusores (27) do significado, que servem, na maior parte dos casos, para atenuar a assertividade:

(23) *Há alguns assuntos que não percebo.* [E1]

(24) *Tenho algumas novas perspectivas sobre o meu país.*

(25) *O Porto é um pouco chato para mim, pois não existem muitos lugares de entretenimento.*

(26) *Vivo aqui no Porto há dois meses habituo-me à vida gradualmente*

(27) *Acho que o estilo de vida da América é quase o mesmo de Macau.* [E32]

3. Expressões de concessividade que tanto servem para atenuar a assertividade (28), como atenuam a voz da evidência (29) ou um ato de crítica (30):

(28) *Os cães são muito giro, mas as fezes são repugnantes. [E1]*

(29) *Mas, na verdade, acho que a razão não é que os macaenses são bem-educados. [E1]*

(30) *Macau não pode mudar muito a sua construção, mas ainda pode fazer a conservação da cultura. [E11]*

4. Emprego de verbos ou construções verbais (33) e partículas discursivas (31) e (32) que conferem dúvida ou probabilidade às suas opiniões, servindo, sobretudo para atenuar a crença do locutor quanto à verdade da informação assertada:

(31) *Se calhar não tem nada poluição na cidade. [E1]*

(32) *Talvez haja algumas opiniões que não são verdade. [E15]*

(33) *No entanto, parece que é melhor que o cumprimentar a dizer olá em Portugal. [E17]*

5. Partículas ou construções justificativas ou explicativas (“excusas”) ou expressões ou fórmulas estereotipadas que apresentam uma justificação do ato de fala que tanto atenuam o ato expressivo de admiração ou surpresa (34) como a opinião (negativa) do locutor (35):

(34) *Eu fiquei muito surpresa com esta resposta porque a atitude do vendedor foi muito diferente dos vendedores da China. [E3];*

(35) *Acho que o Porto é inseguro porque houve um incidente de roubo no lugar onde o meu amigo mora. [E8].*

Por outro lado, verificamos que neste *corpus* há poucas evidências de determinados mecanismos, sendo que alguns deles acabam por estar concentrados num pequeno número de produções:

1. Impessoalizações que atenuam a opinião do locutor com recurso a provérbios (36), a uma ideia pré-concebida (37) e (38) ou à voz da evidência, como em (39) e (40):

(36) *Em Macau sempre podem ouvir as pessoas dizer para não ser sapo no fundo do poço.* [E11] - recurso a um provérbio chinês (a rã no fundo do poço) para fazer referência às pessoas de visão curta e com falta de perspicácia

(37) *Uma expressão muito popular “a forma chinesa de atravessar as ruas”.* [E14]

(38) *As pessoas escreviam que “só os chineses fazem isso em todo o mundo, por isso os chineses não são tão educados quando as pessoas de outros países”.* [E14]

(39) *Como todos sabem, os portugueses gostam de desfrutar da vida. É por isso que ficam sempre mais preguiçosos.* [E9]

(40) *Alguém tem dito que quando vive num país estrangeiro pode ter um jeito novo para ver os fenómenos no seu país de origem.* [E14]

2. Emprego do verbo “saber” que, precedido do advérbio de negação, que expressa simulação de ignorância, sobre o que alguém sabe ou de que é capaz:

(41) *Eu não sei porque em Portugal é assim...* [E1]

(42) *Não sei porque há tantas fezes nas ruas.* [E1]

3. Partículas discursivas, sobretudo evidenciais, que incidem sobre a verdade do dito, fazendo ver que é algo compartilhado pelos demais.

(43) *Na verdade, acho que a razão não é que os macaenses são bem-educados. [E1]*

(44) *Na verdade, prefiro a vida aqui, mas tenho saudades da minha família. [E15]*

4. Estruturas sintáticas concessivas que modificam e restringem o alcance do ato de fala.

(45) *Embora sinta falta da vida em Macau, a liberdade que tenho no Porto pode fazer uma boa experiência para mim.*

3.3. MECANISMOS DE REFORÇO DOS ATOS ILOCUTÓRIOS – MAIS E MENOS RECORRENTES

Seguindo o contributo de Briz & Albelda (2013:303) e Albelda (2005:61), encontramos com clara predominância três mecanismos de reforço, para os quais indicamos alguns exemplos ilustrativos:

1. expressão, de uma proposição ou da força de um enunciado, que tanto serve para reforçar a assertividade do enunciado (46) e (47), como o ato de crítica (48) e (49) ou outro tipo de ato expressivo (50):

(46) *A vida no Porto é completamente diferente. [E4]*

(47) *Portugal é um país fora de série. [E1]* – a expressão “fora de série” de polaridade semântica positiva alta eleva a força ilocutória do ato assertivo com valor derivado de elogio.

(48) *Não percebo a razão de tanta burocracia. [E1]*

(49) *Mas a funcionária não explicou nada e só me disse que não pode ser assim. [E1]*

(50) *Há dois meses que moro no Porto e gosto muito de viver o porto é totalmente diferente de Macau. [E22]*

2. Adjetivos, nomes, verbos ou advérbios de polaridade semântica negativa (51) e (52) ou positiva alta (53), (54) e (55) - que intensificam a força de um enunciado, incluindo graus comparativos e superlativos e graus aumentativos - que reforçam o ato de crítica (51), (52) e (53) ou a assertividade (54) e (55).

(51) *Acho que isto é muito estranho e irracional. [E1]*

(52) *Isto é muito inconveniente. [E1]*

(53) *Ao mesmo tempo não estrangula os pensamentos dos jovens [E6]*

(54) *É uma experiência preciosa e ímpar morar estudar em Portugal [E7]*

(55) *Não é a primeira vez que vivo num país estrangeiro, mas Portugal impressiona-me muito. [E15]*

3. Verbos ou construções verbais (57), (58), (59) e (60) e advérbios (56) e (61) com valor modal apreciativo positivo ou negativo:

(56) *Sobre as conservações de cultura francamente acho que ambas as cidades, o Porto e Macau, fazem bem a conservação [E11]*

(57) *É fácil sentir duas coisas durante estes dois meses. [E13]*

(58) *É importante saber mais de Portugal [E13]*

(59) *Foi difícil adaptar ao jet lag [E17]*

(60) *É difícil viver no regime ditatorial felizmente vivo na região administrativa especial e podia escapar e esse castigo. [E23]*

(61) *Infelizmente eu não vi qualquer loja de conveniência aberta 24 horas em Portugal. [E26]*

Por outro lado, verificamos que neste *corpus* há poucas evidências de determinados mecanismos de reforço:

1. Verbos, construções verbais, advérbios, partículas discursivas com valor modal epistémico de certeza (62) e (63) ou com valor deôntico de necessidade e obrigação (64) e (65):

(62) *Eu sei que Macau é menor e por isso é mais difícil para construir os parques grandes. [E11]*

(63) *É certeza o que pode trazer a memória incrível e maravilhosa. [E11]*

(64) *O governo tem de valorizar a educação dos povos e desenvolver a cultura. [E1]*

(65) *Por isso na minha opinião a China deve aumentar a promoção da classificação do lixo deixando os chineses perceber a importância disso. [E11]*

2. Recurso a expressões evidenciais que incidem sobre a verdade do dito, fazendo ver que é algo compartilhado pelos demais, isto é, a invocação da evidência.

(66) *De facto muitos chineses ficam em atarantações no trabalho. [E3]*

(67) *É incontestável ter uma vida maravilhosa no Porto. [E10]*

(68) *É óbvio que para toda a gente a consciência ambiental é muito importante. [E10]*

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise, pudemos verificar que o recurso a mecanismos de atenuação é superior aos mecanismos de reforço. Tendo em conta o género textual, seria de esperar uma alternância entre os dois movimentos, uma vez que ambos são valiosas estratégias de argumentação. Contudo, a asserção fraca permite uma aproximação maior face ao interlocutor, neste caso, o professor; por outro lado, quanto maior é o desacordo, maior é a possibilidade de ocorrência de atenuação, como forma de preservação das faces e/ou distanciamento da mensagem. Também poderíamos encontrar uma justificação tendo em conta a cultura nativa do grupo de estudantes, mas não dispomos de dados suficientes para confirmar este pressuposto.

Outra verificação é a ausência de alguns mecanismos e, conseqüentemente, a pouca diversidade. Reportando-nos à tipologia de Briz & Albelda (2013), não encontramos qualquer exemplo de modificadores morfológicos internos (sufixos diminutivos ou aumentativos); de termos ou expressões mais suaves no seu conteúdo semântico do que outras possíveis alternativas do mesmo paradigma (litotes, eufemismos); de estrangeirismos; nem usos modalizadores (“deslocados”) dos tempos verbais (ocorre o recurso a um condicional, mas usado de forma errada); de elipses, estruturas suspensas ou estruturas truncadas; nem movimentos de reformulação, de atos do próprio falante, que matizam ou corrigem, suavizando, o ato anterior, através de partículas discursivas (bem, ou seja, quer dizer...) ou outros recursos.

A ausência destes mecanismos tem como consequência a repetição e/ou ocorrência de mecanismos de atenuação e reforço mais “simples”, como expressões introdutoras de opinião ou modificadores morfológicos externos e quantificadores ou sintagmas intensificadores e léxico de polaridade positiva ou negativa alta.

Há, portanto, um predomínio de recursos lexicais, facto que pode estar relacionado com a sua maior simplicidade em termos de aplicação, em detrimento dos recursos semânticos

(como o valor modal de alguns verbos, por exemplo) e morfológicos (como os sufixos diminutivos e aumentativos e os prefixos aumentativos, no caso do reforço), possivelmente, devido à dificuldade do seu emprego.

Neste estudo, parece haver uma relação direta entre a proficiência linguística dos estudantes e o recurso a mecanismos de modalização do discurso, em número e diversidade, isto é, os estudantes cujos textos possuem maior número e diversidade correspondem aos estudantes com melhores avaliações (nas diversas componentes, nomeadamente escrita e estrutura e funcionamento da língua); inversamente, os estudantes cujos textos continham menos fenómenos são os que possuem menos proficiência.

5. CONCLUSÃO

Recuperando as questões de partida do nosso trabalho, podemos responder-lhes da seguinte forma:

1. Os tipos de atos ilocutórios a que os estudantes, aprendentes de português como LE, nível B1, mais recorrem na produção de um texto de opinião são, por esta ordem, atos assertivos, expressivos e diretivos;
2. Para regular a força ilocutória (seja atenuando ou reforçando), os estudantes usaram, sobretudo, a mecanismos lexicais (advérbios, adjetivos, quantificadores) e expressões introdutoras de opinião.
3. Os estudantes utilizaram menos mecanismos semânticos (como o valor modal de alguns verbos, por exemplo) e morfológicos (como os sufixos diminutivos e aumentativos e os prefixos aumentativos, no caso do reforço).
4. Tendo em conta a resposta à primeira questão, podemos, então, concluir que há um domínio da modalidade epistémica, com recurso a valores modais de diferentes graus, ainda

que, na maioria dos casos, recusem assumir ou assumam parcialmente a validação da relação predicativa; segue-se a modalidade apreciativa, construindo um juízo de valor, modalizado, sobre um enunciado; e, por fim, a modalidade deôntica (ou intersujeitos) retratando uma necessidade ou uma obrigação através de atos diretivos.

Julgamos que este estudo apresenta algumas limitações para poder atingir conclusões mais abrangentes. Para tirar conclusões mais relevantes, seria interessante complementar este estudo com outra pesquisa, nomeadamente fazendo um estudo comparativo com textos produzidos por estudantes de outras nacionalidades (talvez mais próximas da língua e cultura de aquisição, neste caso o português); ou fazer esta análise em textos produzidos por estudantes com um nível de proficiência mais avançado de aprendizagem e uso da língua (C1 ou C2). Também poderia ter resultados interessantes ter um grupo de controlo constituído por falantes nativos, que poderia permitir fazer uma comparação com produções textuais, de características idênticas, de falantes nativos e não-nativos com um grau elevado de proficiência na LE, neste caso o português, de forma a perceber as diferenças e/ou semelhanças entre falantes nativos e aprendentes de PLE, tentando perceber se os eventuais desvios destes terão sido causados por outro tipo de condicionantes.

De qualquer forma, penso que os resultados são bastante relevantes, permitindo dar pistas sobre o trabalho que é possível dinamizar na aula de PLE, tornando-se claro que, nesta questão dos atos ilocutórios e da sua modalização, há uma clara articulação entre várias dimensões da língua e diversas competências dos falantes, o que torna a abordagem pedagógico-didática complexa, mas essencial.

REFERÊNCIAS

- Albelda, M. (2005). *La intensificación em el español coloquial*. Tesis doctoral. Universitat de València.
- Briz, A. & Albelda, M. (2013). Em propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística em español y portugués. La base de un proyecto em común (ES.POR.ATENUACIÓN). *Onomazein: Revista de Lingüística, Filología y Traducción*, 28 (diciembre de 2013), pp. 288–319.
- Campos, M.H.C e Xavier, M.F. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, (pp. 361-379). Disponível em: <https://area.dge.mec.pt/gramatica/umfimtriste/valoresmodais10.html>
- Campos, M.H.C. (2004). A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In: Oliveira, Fátima & Duarte, Isabel Margarida (org.). *Da língua e do discurso: Homenagem a Joaquim Fonseca*. Porto: Campo das Letras, pp. 265-281.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu comum de referência para as línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação*. Lisboa: Edições ASA.
- Corbari, A. T. (2013). *Elementos modalizadores como estratégia de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de ensino médio*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador. Universidade Federal da Bahia.
- Gomes, C. (2013). *Mecanismos de atenuação e intensificação no ensino do Português Língua Estrangeira: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gonçalves, M. R. M. (2013). *Atos Expressivos e Ensino do Português como Língua Não Materna: O caso do pedido de desculpa e da expressão de um desejo*. Dissertação de mestrado em PLE/ LS. Universidade de Coimbra.
- Lopes, A. C. M. (2011). Atos de fala e ensino do português como língua materna: algumas reflexões. In: *Português, língua e ensino*. Porto.
- Faria, I. H. (2003). O uso da linguagem. In: Mateus, M. H. M. et alii (2003), *Gramática Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 6ª edição, pp. 55-84.
- Oliveira, F. (2003). Modalidade e modo. In: Mateus, M. H. M. et alii (2003), *Gramática Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 6ª edição, pp. 243-272.

Oliveira, F. & Mendes, A. (2013). Modalidade In: Raposo, Eduardo Paiva; Nascimento, Maria Fernanda Bacelar do; Mota, Maria Antónia Coelho da; Segura, Luísa; Mendes, Amália (Organizadores). *Gramática do Português*. Vol. I. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 623-672.

Searle, J. (1972). *Speech Acts*, Cambridge: Cambridge University Press; tradução francesa: *Les Actes de Langage: essai de philosophie du langage*, Paris: Collection Savoir Hermann

Searle, J. (1976). *A classification of illocutionary acts. Language in Society*: Cambridge University press; vol. 5, nº 1, pp. 1-23. Disponível em: https://sites.duke.edu/conversions/files/2014/09/Searle_Illocutionary-Acts.pdf

Soares, M. (1996). *Modificação de Atos Ilocutórios, em Português*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

